

A BAIXA POMBALINA

— UM MARCO NA HISTÓRIA DA PLANIFICAÇÃO DAS CIDADES

A História adquire o seu sentido útil quando se instrumentaliza como alicerce da nossa cultura e dos nossos saberes, e como memória inspiradora dos nossos comportamentos.

A Baixa Pombalina constitui reconhecidamente um património cultural nos domínios do Urbanismo e da Arquitectura e, ao interpelá-la, somos integrados num enredo que começou na época pombalina e que, bem vistas as coisas, o país ainda não foi capaz de resolver e superar. As limitações dramáticas do nosso Iluminismo, eivado de contradições, tolhido pelo seu próprio obscurantismo e incapaz de se submeter à disciplina e aos valores da razão e da justiça não impediram que, no caso da Baixa de Lisboa, se realizasse uma obra de mérito absoluto.

O gesto voluntarista e esclarecido de planear a cidade através do desenho da sua estrutura, estabelecendo uma ordem arquitectónica e regulamentando o processo de gestão para assegurar a efectiva concretização em obra, é um acontecimento raríssimo até ao século XVIII.

No caso de Lisboa houve a força das circunstâncias, criadas pela catástrofe natural de 1755, sendo singular e notável o perfil da resposta da autoria de MANUEL DA MAIA, então com 78 anos de idade e com todo o saber e experiência de uma escola de engenharia, aplicada em obras como o Aqueduto das Águas Livres em Lisboa (1729-1748) que resistiu incólume ao tremor de terra.

A concepção do plano para a reconstrução da Baixa inicia-se com a “dissertação” que MANUEL DA MAIA apresenta ao Duque de Lafões, cerca de um mês depois do terramoto. Neste documento equacionam-se, de forma sucinta e exaustiva, os “modelos” alternativos para a reconstrução da cidade, perante os quais o poder político vai escolher e decidir qual a estratégia a adoptar.

A consciência urbanística, nas suas múltiplas vertentes, emerge neste texto dominando as diversas especialidades que são disciplinadamente integradas e subordinadas à visão sistémica da cidade, no seu conjunto. O engenheiro-mor do reino começa por avaliar a dimensão do problema e reconhece que não tem condições, nem teria sentido, configurar para toda a cidade, um plano de renovação. Mas, inspirado pelas utopias da Renascença e pelas ideias do Iluminismo aplicadas à intervenção urbana, avalia as necessidades e capacidades e demarca a zona que vai submeter a um plano de renovação, reconhecendo tacitamente que outras partes da cidade irão ser construídas

de forma pragmática, pelas iniciativas avulsas dos proprietários, segundo os processos tradicionais, enquadrados por algumas regras.

A primeira parte da dissertação utiliza um discurso directo que, sem tergiversações introdutórias, logo no 2.º parágrafo, começa a exposição dos cenários e modos de actuação contrastados, enunciando as vantagens e inconvenientes de cada um deles, facultando um esclarecido quadro de alternativas que submete à escolha do poder político.

Em resumo, são os seguintes os cinco “modos” enunciados por MANUEL DA MAIA:

1.º Modo — Reconstruir a cidade como ela era, com ligeiras melhorias, aproveitando os materiais das ruínas para a reedificação. Aqui há uma quase total demissão do Planeamento Urbanístico.

2.º Modo — Reconstrução dos edifícios com as *“antigas alturas, mudando as ruas estreitas em ruas largas”*.

3.º Modo — Redução da altura dos edifícios para *“dous pavimentos sobre o terreno e mudando as ruas estreitas em largas”*.

4.º Modo — Arrasar toda a cidade baixa, elevando as cotas de terreno sobre os entulhos, melhorando assim as condições de drenagem das águas pluviais e dos esgotos e *“livrando Lisboa baixa das inundações que padece em ocasiões de maré cheia”*. Desenhar os novos arruamentos *“com liberdade competente, tanto nas larguras como nas alturas dos edifícios que nunca poderá exceder a largura das ruas”*. Este cenário propõe uma renovação radical da Baixa, com base num plano urbanístico detalhado.

5.º Modo — Curiosamente combina o 1.º Modo para a cidade arruinada, no seu todo, com a criação de uma cidade nova, planeada, entre Alcântara e Pedrouços.

A equação geral é elucidativa e desafiadora. O urbanista hesita entre o 5.º Modo, *“que parece o mais facilitado, e ... infalivelmente adoptado e preferido a todos os outros”* se Sua Majestade quizer localizar o seu Palácio em Belém, e o 4.º Modo, que é o único desenvolvido na dissertação com ideias conceptuais para a estrutura de desenho urbano. Criar uma cidade nova, de raiz, é o sonho de todos os urbanistas, mas é natural que nas circunstâncias tenha prevalecido a vontade de o fazer e, ao mesmo tempo, intervir e não “desprezar” o centro histórico da cidade.

A recuperação da Praça do Terreiro do Paço como lugar simbólico exerceu, naturalmente, um forte apelo e, ainda na primeira parte da dissertação, e de uma forma claramente assumida na segunda e terceira partes, a atenção é focada no 4.º Modo, para o qual se consolida um conjunto de ideias programáticas que vão orientar os exercícios exploratórios de elaboração de planos formais para a recuperação da Baixa, desenvolvidos por três equipas chefiadas pelos mestres de engenharia e arquitectura GUALTER DA FONSECA, Capitães ELIAS SEBASTIÃO POPPE e JOSÉ DOMINGOS POPPE, ENGÉNIO DOS SANTOS e CARLOS MARDEL.

Depois de tomadas as opções estratégicas e explicitadas as grandes ideias programáticas, MANUEL DA MAIA passou à fase de desenho, a qual obedece a um método prospectivo, explorando cenários contrastados num processo de pesquisa e de avaliação crítica, empenhada na procura de uma solução de mérito urbanístico. É surpreendente que, no contexto dramático da cidade destruída e de tanto sofrimento, este pequeno grupo tenha tido a lucidez e a pertinácia de ambicionar intervir na cidade de uma forma inovadora para a época, recusando os processos fáceis, imediatistas e mais baratos, optando conscientemente por um caminho incerto, que concentrava neles uma grande responsabilidade técnica e administrativa. O facto de terem enveredado por um processo de pesquisa em várias direcções permitiu chegar ao plano de EUGÉNIO DOS SANTOS, posteriormente ajustado para a Baixa Pombalina, por CARLOS MARDEL; plano este que determinou o conjunto que hoje nos sensibiliza e que queremos, merecidamente, distinguir como Património Mundial.

O plano inspira-se nos princípios da cidade Barroca, ao estruturar-se na ligação de pontos significantes — no caso vertente a Praça do Comércio e o Rossio, e a amarração às colinas de S. Francisco e do Castelo —, mas vai muito além, ao fazer preceder a arquitectura de uma composição urbanística e ao estabelecer uma ordem arquitectónica.

Antes deste plano a História pode referenciar outros que o antecedem e que se lhe assemelham. Dentre esses, MANUEL DA MAIA aponta dois exemplos que lhe eram familiares e que lamenta não conhecer mais detalhadamente. Um deles é o plano de reconstrução do centro de Londres da autoria dos urbanistas CHRISTOPHER WREN e JOHN EVELYN, após o incêndio de 1666. Este plano foi regulamentado pelo *Act de 1667* que especificava tipos de pavimentos, altura dos edifícios, número de pisos, espessura de paredes, arcos, profundidade das caves e outros detalhes de desenho e construção.

Outro é o *plano de expansão de Turim*, iniciado em 1621, sob a coordenação do engenheiro CARLO DI CASTELLAMONTE cuja execução se prolonga por cerca de um século. Neste caso o plano desenvolve-se sobre um terreno rústico, sem constrangimentos, o que facilitou o estabelecimento, à partida, de uma malha rectangular, de grande rigor formal.

Podemos, no entanto, reconhecer que o pensamento urbanístico era ainda incipiente no século XVIII. Curiosamente encontrava-se no auge a Escola Paisagista Inglesa com um avançado corpo de doutrina e de prática, com obra feita, sobre a arquitectura da paisagem rústica e sobre os grandes parques integrados na paisagem silvo-pastoril. O livro de STEPHEN SWITZER, *Iconographia Rustica*, publicado em 1718, constitui um clássico sobre a compreensão integrada do território e da paisagem que não esteve presente no Iluminismo Pombalino e bem poderia ter influenciado as transformações da paisagem que ocorreram em Portugal a partir do século XVIII, nomeadamente nas diversas campanhas de fomento da agricultura. Ainda hoje Portugal se ressent das deficiências culturais sobre a arquitectura da paisagem.

A atenção ao território através de um olhar naturalista teve também lugar em França, no século XVIII, pela pena de MARIVAUX, que compreendeu a estética singular do jardim irregular, colhendo influências da simplicidade do jardim chinês. As obras de WATTEAU e ROUSSEAU são também exemplo de um Iluminismo à procura de uma estética naturalista.

É interessante este primeiro despertar das preocupações sobre o planeamento dos espaços rústicos que, na Europa, precede a prática do urbanismo moderno. Não há sinais de terem chegado a Portugal ecos dos grandes debates que animaram a Europa, principalmente a Inglaterra, sobre o *Landscape Gardening*. Nesta altura havia pelo menos quatro lógicas de aproximação ao território: a da arquitectura popular e pragmática, a da arquitectura canónica, a da nova arquitectura da paisagem — iniciada por LE NÔTRE em VAUX-LE-VICOMTE (século XVII) e desenvolvida pela Escola Paisagista Inglesa, nos trabalhos de WILLIAM KENT e BROWN (século XVIII) — e a do planeamento urbanístico emergente dedicado aos problemas dos aglomerados urbanos.

A arquitectura rural, na sua tradição, e a Escola Paisagista Inglesa, nos seus princípios conceptuais, valorizaram as formas irregulares e a linha curva, reservando o uso das linhas rectas para situações muito excepcionais. *“The line of beauty — the S curve” e “curved line is somehow more natural — and therefore better — than a straight one”*: eram argumentos comuns no discurso apologético do *Landscape Gardening* do século XVIII.

É particularmente esclarecedor observar as transformações de *Blenheim*, levadas a cabo por CAPABILITY BROWN: o plano inicial, da autoria de HENRY WISE e SIR JOHN VANBRUGH,

estruturado sobre uma base geometrizada, é desconstruído de modo a dar prevalência a formas onduladas e curvas, recriando uma paisagem de expressão naturalista. Vem isto a propósito para questionar a visão estereotipada da modernidade e do racionalismo iluminista associada à configuração geométrica e ortogonal do desenho urbano. Pode-se, com toda a propriedade, sustentar que esta simplicidade geométrica tem mais a ver com padrões do Barroco e da cidade militar do que com a estética iluminista do século XVIII.

A associação da ortogonalidade ao Iluminismo e ao Racionalismo compreende-se, mas não deixa de merecer reparo na medida em que, em rigor, a Escola Paisagista Inglesa desde os meados do século XVIII responde ao conjunto de preocupações que constituem, hoje, conteúdos do planeamento do território no seu todo, considerando os usos urbanos, agrícolas, florestais e silvo-pastoris. Bem vistas as coisas, a valorização da linha curva e das formas irregulares, já não das composições urbanas medievais, mas de um naturalismo romântico emergente, coexistia, a um nível avançado, com as formas do urbanismo racionalista. Os padrões de desenho urbano para a cidade moderna operam sobre uma base de composição geométrica que conduz à lógica do “quarteirão” integrado numa malha reticular ou quase reticular. O plano da Baixa Pombalina descobre e apresenta a sua estrutura reticular com a força de uma evidência, demonstrando que as exigências funcionais conduzem à adopção de formas regulares. Se para o meio urbano se oferecem como mais propícios os espaços ordenados em formas ortogonais, na paisagem rústica devem dominar os espaços de configurações fractais, difusas e discretas, com uma irregularidade informal que lhes confere uma expressão de amenidade naturalista.

O desencontro entre as diversas linguagens e culturas arquitectónicas está patente num outro acontecimento curioso que é o *Tratado da Ruação* de JOSÉ FIGUEIREDO SEIXAS (1762). Este pintor e arquitecto competente, que trabalhou com NICOLAU NASONI e foi *Mestre da Aula de Riscar da Cidade do Porto*, ao reflectir sobre as questões urbanísticas dentro de um culto da linha recta, faz um discurso ingénuo e descabido, ao defender que todas as povoações do país deviam estar ligadas por linha recta. *“As estradas que conduzem a servidam de humas Povoações a outras devem sahir de hua Povoação em linha recta com as ruas centraes e principais da Povoação e continuar a mesma rectidam athe outras Povoações, e entrar nellas fazendo a mesma linha recta com as suas ruas centraes”*. Revela-se aqui que a lógica gramatical da arquitectura dos edificios é diferente daquela que informa o espaço urbano e ambas, por sua vez, são distintas do processo subjacente à formação e configuração da paisagem rústica.

Pode constatar-se que, na Europa, o século XVIII dedicou uma maior atenção teórica e prática à concepção dos grandes parques fora da cidade, arquitectando a paisagem

rústica em espaços de vilegiatura e de produção agro-silvo-pastoril do que ao planeamento urbanístico, o qual só vem a ter um desenvolvimento sistemático no contexto dos movimentos higienistas.

Em Portugal, a política urbanística de SEBASTIÃO JOSÉ, Marquês de Pombal, fez de nós precursores de um movimento que vai ocorrer, principalmente no século XIX, com os grandes planos urbanísticos de L'ENFANT para Washington em 1791, a renovação de Paris, sob a coordenação administrativa de HAUSSMANN nos meados do século XIX e a expansão de Barcelona de ILDEFONSO CERDÀ em 1859.

Na sequência do plano da Baixa, a cidade é, em 1771, continuada para norte com a construção do Passeio Público, com base num projecto do ARQ. REINALDO MANUEL. Trata-se de uma iniciativa de vanguarda. A ideia de criar “passeios públicos” de raiz, como elementos da composição do sistema urbano surge, nos finais do século XVII em Montpellier, com a promenade de Peyrou.

Voltando ao Plano da Baixa, a segunda parte da dissertação de MANUEL DA MAIA, centra-se no processo de implementação do 4.º Modo que preconiza uma total renovação desta zona da cidade implicando, de forma assumida, a total demolição dos edifícios que resistiram ao terramoto e uma intervenção directa da Administração Pública na gestão do reparcelamento perequacionado da propriedade imobiliária.

Desta forma liberta-se o desenho urbano do condicionamento cadastral...*“todos os edificios de tal parte da cidade, depois de avaliados no estado em que se achassem para que depois de derribados e extintos, formadas novas ruas e novos logares para os edificios novos, e repartida por eles a importância ou valor das casas destruídas, e conhecido o que correspondia a cada palmo, vara ou braça quadrada, cada acreedor de edificio recebesse em terreno a avalização que se lhe havia feito, e qaundo lhe não agradasse se vendesse a quem desse a sua importância para a receber o acreedor”*. A título de curiosidade observe-se que o recente Decreto Lei 380/99 de 22 de Setembro, institui o conceito de perequação na gestão urbanística, de uma forma ingénua e quase inoperante como se tal fosse uma grande novidade.

O planeamento urbanístico outorga-se de um poder imperativo que obriga os proprietários dos lotes a construírem os edifícios, de acordo com as regras e arquitecturas determinadas pelo próprio plano. Como podemos ler na 2.ª parte da dissertação de MANUEL DA MAIA: *“a todos se determinará tempo certo para darem principio ao edificio e para o terem também completo a tempo determinado, segundo os desenhos que lhe forem comunicados pelo Architecto do Senado, o Capitão ENGÉNIO DOS SANTOS E CARVALHO”*.

O plano cuidou também de reduzir o risco de propagação de incêndios através de um regulamento que obrigou ao alteamento das paredes das empenas dos edifícios relativamente às paredes das frontarias de modo a impedir as comunicações entre os telhados.

Para além da preocupação de respeito pelos direitos da propriedade privada e pela viabilidade financeira dos empreendimentos, o plano atende à construção de edifícios públicos e à localização de serviços para revitalizar a vida social e económica deste centro da cidade.

A 3ª parte da dissertação estabelece um detalhado programa que considera o sistema de recolha de lixos, a rede de escoamento de esgotos e a condução de água potável para as fontes, *“para alimento dos povos, para a extinção dos incêndios e para adorno das praças”*. O alargamento das ruas e a menor altura dos edifícios, para além das razões de segurança anti-sísmica, eram também justificados por razões sanitárias.

Para além da singularidade e ineditismo que esta operação urbanística contém na sua dimensão e morfologia, encerra em si a faculdade — não imediatamente evidente a quem observa apenas o registo em planta do seu traçado — de aceitar gramáticas arquitectónicas diversas e exteriores àquele conjunto de regras e cânones explicitado nas soluções de projecto dos edifícios-tipo e das suas variantes sistematizadas que configuram a ordem arquitectónica original.

Essas variações não ocorrem durante as décadas iniciais de implementação do Plano. O notável rigor formal é apoiado por uma detalhada regulamentação que define pés-direitos, o sistema construtivo geral e, em particular, o desenho dos diferentes vãos e suas guarnições, a interligação das estruturas de madeira com as alvenarias, as cornijas, pilastras, remates, corta-fogos, etc.

A organização do edifício-modelo incorpora (sistematizando-a) a tradicional localização de actividades comerciais e pequenas indústrias (sapateiros, correeiros, ourives, prateiros, douradores,...) no piso térreo (de mediação público/privado) e de alojamento privado nos pisos superiores.

O desenvolvimento dos padrões e do arquétipo arquitectónico da “Baixa” é feito de modo a formalizar e consubstanciar a apropriação (agora institucionalizada) deste trecho renovado da Cidade pela classe que servirá de caução às políticas em desenvolvimento por SEBASTIÃO JOSÉ — a burguesia comercial e os pequenos e médios funcionários da Administração do Reino. Assim, não deixando de existir pontos focais e de excepção

como o renovado Rossio e a grande praça ribeirinha — que, regularizada e simétrica, passa a alojar os serviços centrais da Administração, deixando de albergar o Paço Real —, o conjunto dos traçados está submetido a um padrão normalizador, no sentido de flexibilizar uma expressão que, contudo, nas primeiras décadas de construção é apontada pela crítica comum como “monótona e repetitiva”. As evoluções serão sobretudo resultado de um lento conjunto de intervenções e modificações (mais ou menos lícitas e esteticamente válidas) que — alterando edifícios inteiros, ou os vãos e pisos térreos, as cantarias de guarnição, rasgando montras, acrescentando pisos e mansardas — gradualmente matizaram a severa “ordem pombalina”, demonstrando um imprevisível predicado do Plano: conseguir integrar edifícios com arquiteturas e programa de excepção, sem que o revolucionário espírito de regra e disciplina urbanística deixe, estruturalmente, de caracterizar os padrões da ordem arquitectónica que perdura ainda hoje na Baixa.

O poder de sobrevivência do plano da Baixa Pombalina com a sua ordem arquitectónica revela-se na versatilidade funcional dos espaços, que ao longo dos tempos se adaptam à habitação, a sedes de instituições bancárias, a comércio variado, a diversos serviços públicos, albergando uma ampla variedade de actividades que dão vida ao centro da cidade. A animação urbana da Baixa tem resistido, apesar das agressões como a do congelamento das rendas e outros factores indutores de falta de conservação e abandono que afectam uma parte significativa dos edifícios. Contudo convém lembrar que a robustez da Baixa Pombalina tem limites que em boa parte estão a ser ultrapassados pela incúria da gestão urbanística, colocando em risco a estabilidade deste conjunto. A sua classificação como património mundial será uma ajuda, se for consequente na criação e operacionalização de medidas que assegurem o restauro e a conservação, pondo fim às causas da actual decadência que se pode observar à vista desarmada. É necessário rever a lei das rendas e dos trespases, avançar com obras de conservação, restauro e renovação de edifícios, fomentar dinâmicas de reabilitação urbana e disponibilizar espaços devolutos para formas de ocupação úteis.

A intervenção urbanística na Baixa deve ser de salvaguarda e valorização com uma componente dinâmica e não radicalmente conservacionista. Se há edifícios que pedem simples restauro outros haverá que, no seu interior, exigem renovação com regras, mas também com graus de liberdade que permitam criar condições elementares de funcionalidade e de conforto. Justificam-se alterações para minorar a interioridade de compartimentos que não têm luz natural nem o conveniente arejamento. A reorganização dos espaços interiores dos edifícios da Baixa, a sua sustentação estrutural e as técnicas a adoptar para reforço dessas mesmas estruturas têm merecido a atenção e o estudo de

diversos especialistas de Engenharia Civil e da Arquitectura. Falta uma clarividência e vontade políticas para operacionalizar os trabalhos através de directivas de planeamento, projectos e o empreendimento consequente.

Professor Doutor Sidónio Pardal